

# Investigando teórica e empiricamente a indeterminação da metáfora

Heronides Moura\*

Mara Sophia Zanotto\*

Recebido 28, fev. 2009 / Aprovado 1, abr. 2009

## Resumo

*Neste artigo, defende-se que não há uma paráfrase ideal para um enunciado metafórico. Uma metáfora é vista como indeterminada, e observa-se que esse aspecto da metáfora não tem sido explorado pelos pesquisadores do tema. Para mostrar o caráter indeterminado da metáfora, foi realizada uma investigação empírica, com metodologia qualitativa, na qual estudantes pensavam em voz alta, e em grupo, sobre um poema. As conclusões da análise são que um enunciado metafórico herda parte da indeterminação literal das palavras que são veículos da metáfora, e que a metáfora não é um tipo específico de indeterminação, mas se comporta ora como um tipo (por exemplo, polissemia), ora como outro tipo (por exemplo, ambiguidade).*

**Palavras-chave:** *Metáfora. Indeterminação. Polissemia. Leitura. Paráfrase.*

---

\* Os autores são pesquisadores do CNPq e agradecem o apoio para a realização da pesquisa.

## 1. Introdução

Desde a década de 70 do século passado, a metáfora tem sido encarada como uma fonte inesgotável de investigação sobre a linguagem e cognição humanas. Ela é vista como um exemplo paradigmático de riqueza, complexidade e criatividade de nossas capacidades cognitivas e conceituais (LAKOFF e JOHNSON, 1980 [2002]; GLUCKSBERG, 2001; LEEZENBERG, 2001; BOWDLE e GENTNER, 2005; PINKER, 2007).

No entanto, paradoxalmente, a metáfora é analisada, de um modo geral, com base no postulado da univocidade do sentido, segundo o qual a uma forma linguística corresponde uma única interpretação. Nas tradições dominantes no estudo da metáfora, a indagação principal é de que modo se transmite conteúdo cognitivo através da metáfora, ficando em segundo plano a explanação de como se pode chegar a mais de uma interpretação de um mesmo enunciado metafórico. Tudo se passa como se o interesse teórico sobre a metáfora residisse na capacidade que ela tem de criar e transmitir conteúdos, e não na intrínseca ambivalência e indeterminação desse uso da linguagem.

Neste artigo, propomo-nos a investigar a metáfora como um caso, entre outros, de indeterminação das línguas naturais (sobre indeterminação semântica, cf. Pinkal, 1995 e Recanati, 2004). A indeterminação ocorre quando o princípio da homologia é rompido, e a uma forma linguística, podem ser atribuídas diferentes interpretações. Outros tipos de indeterminação são a polissemia, a ambiguidade, a vagueza e a generalidade (cf. ZANOTTO e MOURA, 2002; ZANOTTO e PALMA, 2003). Defendemos também que a metáfora se comporta de maneira especial em relação aos outros tipos de indeterminação. Um uso metafórico pode se manifestar segundo diferentes padrões da indeterminação da linguagem literal. Assim, teremos metáforas polissêmicas, ambíguas e vagas (cf. seção 3).

Tentaremos mostrar por que as tradições dominantes no estudo da metáfora tendem a obliterar a similaridade da metáfora com outros casos de indeterminação. Assume-se e valoriza-se a criatividade da metáfora, a sua capacidade de lançar um novo olhar sobre as coisas e as ideias, mas oblitera-se a sua ambiguidade e sua ambivalência, como se a indeterminação fosse menos interessante do ponto de vista da contribuição da metáfora à nossa forma de pensar. Mas vamos argumentar que a indeterminação da metáfora provavelmente a torna ainda mais interessante como instrumento cognitivo.

Para a análise dos dados, assumimos a hipótese que estabelece uma correlação entre a indeterminação do sentido literal e do sentido metafórico, proposta por Zanotto e Moura (2008), e que será denominada aqui de "Hipótese da correlação da indeterminação". A hipótese pode ser definida assim:

*A metáfora herda a indeterminação especificamente do sentido literal do domínio-fonte, cuja estrutura semântica possibilita explicar as múltiplas leituras.*

O artigo está organizado da seguinte forma: na seção seguinte, revisitamos três tradições de estudo da metáfora, no que concerne especificamente à univocidade ou não do significado metafórico. Essas três tradições são: (a) a teoria pragmática; (b) a teoria interacionista e (c) a teoria da metáfora conceitual. Tentaremos mostrar que, apesar das grandes diferenças entre esses modelos, todos tendem a encarar a metáfora como contendo um significado específico, cuja natureza e função a teoria deve explicitar.

Na seção 3, apresentaremos um estudo de caso qualitativo, que consiste numa investigação empírica da indeterminação na interpretação de metáforas, com vários grupos de leitores interpretando uma metáfora num texto literário. Esse estudo mostra que uma teoria da metáfora deve explicar como e por que um mesmo enunciado metafórico pode receber mais de uma interpretação relevante num dado contexto, em situações reais de uso e discute a natureza semântico-pragmática das múltiplas interpretações construídas pelos diferentes grupos de leitores. Na conclusão do artigo, sustentamos que a hipótese da correlação da indeterminação pode dar conta dos dados analisados e discutimos a natureza das paráfrases construídas pelos leitores.

## **2. As três tradições: a pragmática, a interacionista e a conceptual**

Nesta seção, vamos discutir em mais detalhes por que essas diferentes tradições convergem na direção da univocidade da metáfora, apesar das enormes diferenças entre as três abordagens. O nosso interesse é mostrar que, nas três tradições, a indeterminação da metáfora não é alvo de explanação no nível teórico. A indeterminação permaneceu no plano do não explicitado.

### **2.1. A teoria pragmática da metáfora**

Na teoria de atos de fala de Searle (1969), a linguagem é definida como um conjunto de atos regulados, cujas regras são definidas a partir de convenções de uso a serem investigadas e trazidas à luz pela teoria.

Entre os atos que constituem a linguagem, há os atos elocutivos (também denominados de locucionários), os atos proposicionais e os atos ilocucionários. Os atos elocutivos consistem na enunciação de palavras e frases. Os atos proposicionais são constituídos pelos atos referenciais e os atos predicativos. Um ato referencial é realizado através do uso de expressões referenciais, como os nomes próprios e as descrições definidas. Assim,

por exemplo, a descrição definida “o presidente do Brasil”, se usada no momento de escrita deste artigo, serve para denotar um indivíduo específico, qual seja, Lula. Com a identificação de um referente, foi realizado, segundo Searle, um ato referencial. Já se um falante usa o predicado “é nordestino”, ele realiza um ato predicativo, embora esse ato seja incompleto, pois só cumpre plenamente sua função ao se combinar com uma entidade, já denotada pelo ato referencial. Assim, pode-se dizer que a combinação dos atos referencial e predicativo cria o ato proposicional, em que ocorre uma conexão entre entidades (como “Lula”) e predicados (como “é nordestino”). O ato proposicional completo (por exemplo, “Lula é nordestino”) é um elemento essencial de todo ato ilocucionário. Na verdade, a conexão entre “Lula” e “ser nordestino” é um elemento abstrato que só adquire força ilocucionária quando situado numa sentença efetiva, como uma asserção (“Lula é nordestino”) ou uma pergunta (“Você sabia que Lula é nordestino?”).

A teoria de Searle sobre a metáfora a situa no nível do ato predicativo, ou seja, como parte do ato proposicional. A metáfora ocorre nessa conexão entre referentes e predicados atribuídos a esses referentes. A metáfora não é um ato ilocucionário: ela cria um ato proposicional que por sua vez será um componente de um ato ilocucionário.

Comparemos uma sentença literal e uma metafórica, para identificar os atos proposicionais, predicativos e ilocucionários em cada caso.

1) Prometo que virei.

Ato ilocucionário: promessa

Ato proposicional: “eu virei”

Ato predicativo: atribui-se a ação de “vir” a uma entidade referida pelo pronome “eu”

2) A crise é uma marolinha

Ato ilocucionário: ato de confortar o interlocutor, tranquilizá-lo sobre um certo estado de coisas, no caso, a crise.

Ato proposicional: o conteúdo da metáfora, o estado de coisas referido pela metáfora.

Ato predicativo: atribui-se o predicado “marolinha” à entidade referida por “crise”.

Notem que a metáfora aparece propriamente no ato predicativo, na ligação entre “crise” e “marolinha”, e essa conexão gera o ato proposicional, que vem a ser o estado de coisas referido pela metáfora. O ato ilocucionário é de outro nível, equivalendo ao uso que um falante faz do ato proposicional. No caso de (2),

parece claro que Lula, autor dessa metáfora<sup>1</sup>, tinha a intenção de tranquilizar o povo brasileiro quanto aos efeitos da crise financeira internacional, sendo, assim, a sentença (2) equivalente, na força ilocucionária, a outras sentenças literais como “Fiquem tranquilos”, “A crise não é tão grave” ou “Não tenham medo da crise”.

Mas há uma grande diferença entre a promessa contida em (1) e a tranquilização expressa por (2). Em (1), o ato proposicional “eu virei” é inferido diretamente do ato predicativo que liga “vir” e “eu”, pois o item lexical “vir” é convencionalmente associado ao predicado que o falante tem em mente e que deseja predicar de si mesmo. Ou seja, a ligação entre a intenção de predicar do falante e a realização verbal dessa intenção é direta, pois o verbo “vir” exprime o conceito que o falante tem em mente e que ele deseja transmitir para os interlocutores.

Já no caso de (2), há um descompasso entre a intenção que o falante (no caso, Lula) tem de predicar sobre a crise (uma entidade abstrata) e a palavra que ele usa para fazer essa predicação (“marolinha”). A metáfora surge, segundo Searle (1979 [1993]), desse descompasso entre intenção e expressão, ou seja, entre o significado do falante e do enunciado.

Na teoria dos atos de fala, a linguagem estabelece os meios convencionais de expressão simbólica das intenções dos falantes que usam os signos. O verbo “vir” é um meio convencional de representar o predicado correspondente, e não cria discrepância entre o pensado e o dito. Mas “marolinha” não é um meio convencional de predicar sobre “crise”.

Searle não pode admitir que as palavras mudem de sentido a cada uso metafórico novo, pois sua teoria pragmática implica a idéia de convenção dos signos linguísticos, e, portanto, de uma certa constância simbólica. Um signo só funciona porque é um meio convencional de representar os conceitos e as coisas que os falantes têm a intenção de comunicar. É o princípio da expressibilidade: ‘o que se quer dizer, pode-se dizer’ (SEARLE, 1969). Só se pode dizer o que se quer dizer porque há meios convencionais de fazê-lo. Sendo assim, Searle recusa a existência de um significado metafórico. Palavras significam de forma convencional, argumenta ele, e o significado metafórico, pela sua própria natureza, não é convencional. Mas se é assim, se a palavra “marolinha” não adquire um novo sentido, como se chega ao ato proposicional de (2), que corresponde justamente ao conteúdo da metáfora? Segundo Searle, isso se dá porque o interlocutor é capaz de fazer corresponder à proposição *p* (“a crise é uma marolinha”), uma outra proposição *q*, por exemplo, “a crise não é tão grande”. É a proposição *q* que o falante de (2) tem em mente, e é essa proposição que entra na formação do ato ilocucionário.

<sup>1</sup>Para a análise, nos servimos de uma simplificação da fala do presidente. O que ele disse foi o seguinte: “Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquiar.” [http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/10/04/lula\\_crise\\_tsunami\\_nos\\_eua\\_se\\_chegar\\_ao\\_brasil\\_sera\\_marolinha\\_548552017.asp](http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/10/04/lula_crise_tsunami_nos_eua_se_chegar_ao_brasil_sera_marolinha_548552017.asp). A fala original facilita a interpretação, com o uso de metáforas de um mesmo campo semântico: “tsunami”, “marolinha”, “esquiar”. Mas a metáfora isolada “a crise é uma marolinha” (ou a negação dela) passou a ser usada por muitas pessoas, depois da fala do presidente.

Dessa forma, apenas sentenças com sentidos literais podem ser analisadas em termos de condições de verdade. A proposição  $p$ , que afirma que a crise é uma pequena marola, não é nem verdadeira nem falsa. Verdadeira ou falsa pode ser apenas  $q$  (ou seja, a proposição literal “a crise não é tão grande”), mas  $q$  não faz parte de  $p$ , nem tem qualquer ligação semântica com  $p$ . O que Searle pretende é excluir a metáfora do plano das condições de verdade; para ele, a metáfora não é uma questão de significado de palavras. Segundo Searle, a metáfora é um significado do falante, e não um significado da expressão. A metáfora seria uma das formas de se querer dizer certas coisas, dizendo-se outras inteiramente distintas. Outros exemplos dessa separação entre significado do falante e significado da expressão são os atos de fala indiretos e as ironias (cf. LEEZENBERG, 2001:118).

Podemos concluir muitas coisas dessa análise de Searle. Em primeiro lugar,  $p = q$ , ou seja, o conteúdo da metáfora é equivalente ao conteúdo da proposição literal que lhe corresponde, ainda que essa paráfrase literal suprima todo o potencial informativo e criativo da metáfora. Sendo assim, chegamos à univocidade da metáfora. Se a metáfora corresponde a uma proposição literal  $q$ , a qual está na mente do falante, então é óbvio que só há um sentido da metáfora que corresponde justamente à proposição literal  $q$ . Se houvesse várias traduções da metáfora, não poderia ser identificado o ato proposicional correspondente, e a sentença careceria de sentido.

Enfim, um significado único e discernível se encontra na mente do falante, e o falante tem a intenção de transmitir esse significado através da metáfora, mas sem alterar o significado das palavras que entram na sua sentença, como “marolinha”, no caso em pauta. Na mente do falante, não há indeterminação possível no uso da metáfora. Se a intenção comunicativa é clara, a forma de expressão também deve ser.

Nesse contexto, Searle (1979 [1993]) é levado a estabelecer regras de conexão entre  $p$  (a proposição metafórica) e  $q$  (a sua interpretação literal). Dessa forma, ele reintroduz a convencionalidade no uso metafórico. Se a predicação metafórica é inesperada e não-convencional, as formas de conectar uma metáfora e sua paráfrase não o são. Deve haver regras que expliquem por que a proposição  $p$  traz à mente do interlocutor a proposição  $q$ , ou seja, regras que permitam ao interlocutor inferir que, ao dizer “ $S$  é  $P$ ”, o falante quer dizer que “ $S$  é  $R$ ” (no nosso exemplo, ao dizer “a crise é uma marolinha” o presidente queria dizer que “a crise não é tão grande”).

Um exemplo de regra ligando  $p$  (“ $S$  é  $P$ ”) e  $q$  (“ $S$  é  $R$ ”): “Aquilo que é  $P$  é, por definição,  $R$ . Geralmente, se uma metáfora funciona,  $R$  será uma das características de  $P$  que mais se sobressaem. Dessa forma, o exemplo, (Met) Sam é um gigante será compreendido como (Par) Sam é grande” (SEARLE, 1993:104).<sup>2</sup>

<sup>2</sup> “Things which are  $P$  are by definition  $R$ . Usually, if the metaphor works,  $R$  will be one of the salient defining characteristics of  $P$ . Thus, for example, (Met) Sam is a giant will be taken to mean (Par) Sam is big”.

O problema desse tipo de regra é que ela reintroduz o elemento semântico na análise de Searle, a qual se pretendia inteiramente pragmática. Como observa Leezenberg (2001:121), a relação entre “*S é P*” (que, no exemplo de Searle, corresponde a “Sam é um gigante”) e “*S é R*” (que corresponde a “Sam é grande”) é uma relação semântica de acarretamento. Todo indivíduo que é gigante, é grande, ou seja, “*S é P*” acarreta “*S é R*”. Como falantes do português, reconhecemos a ligação entre “gigante” e “grande” em função de nosso conhecimento semântico, o que contradiz a proposta de Searle de analisar a metáfora como uma inferência puramente pragmática.

O ponto que gostaríamos de ressaltar é que a metáfora recebe apenas uma única interpretação na tradição pragmática: a proposição *q*, a qual está na mente do falante, e que deve ser inferida pelo interlocutor. Tendo em vista o compromisso com as condições de verdade da frase, para Searle, não pode haver um conjunto de paráfrases da metáfora, ou seja, a metáfora não pode ser indeterminada entre várias interpretações.

Mas Searle (1979 [1993]) se pergunta na conclusão do seu artigo se é possível expressar literalmente todo conteúdo de uma metáfora e ele acaba admitindo que “...nós sentimos que as metáforas são de certa forma intrinsecamente não parafraseáveis. Elas não são parafraseáveis, porque, sem usar a expressão metafórica, nós não reproduziremos o conteúdo semântico que ocorreu na compreensão do enunciado pelo ouvinte” (p. 111)<sup>3</sup>. Isso significa que a preocupação com as condições de verdade da frase é que o impede de trabalhar com as múltiplas interpretações da metáfora.

Por isso é importante frisar que Searle estava consciente de que a paráfrase literal, que corresponde ao significado do falante, não traduz todo o valor informativo da metáfora. Ele chama a atenção para esse ponto (1993:87), dizendo: “Observe que, em qualquer dos casos, sentimos que a paráfrase é, de certa forma, inadequada, sentimos que algo se perde”<sup>4</sup>.

A explicação de Searle para isso é sutil. Ele afirma que as condições de verdade de uma metáfora são equivalentes às da paráfrase literal. E isso tem de ser assim, segundo ele, pois a metáfora codifica o que o falante quis dizer, de modo que o estado de coisas a que ela refere é o que o falante tem em mente. No entanto, a metáfora exprime as condições de verdade de *q* (a paráfrase literal) a partir de um conteúdo semântico que não faz parte das condições de verdade de *q*. Ou seja, no exemplo analisado por nós, as condições de verdade de “a crise é uma marolinha” são que a crise não é grande, mas isso é afirmado através de um conteúdo semântico (“marolinha”) que exprime algo diferente dessas condições de verdade. Como diz Searle (1979/1993:111), “Ela (a metáfora) demonstra suas condições de

<sup>3</sup> “we feel that metaphors somehow are intrinsically not paraphrasable. They are not paraphrasable, because without using the metaphorical expression, we will not reproduce the semantic content which occurred in the hearer’s comprehension of the utterance”

<sup>4</sup> “Notice that in each case we feel that the paraphrase is somehow inadequate, that something is lost”.

verdade por meio de outro conteúdo semântico, cujas condições não compõem as condições de verdade do enunciado”.<sup>5</sup>

Nesse caso, a paráfrase dá conta das condições de verdade, mas não da conexão entre  $p$  e  $q$ , entre o literal e o metafórico. Se traduzirmos “marolinha” por “pequena”, compreendemos o conteúdo cognitivo da metáfora, mas perdemos a força expressiva que nos faz conectar uma entidade abstrata (a crise) e um elemento da natureza (a marolinha) numa só predicação.

Isso implica que Searle separava, na metáfora, aquilo que é do plano da verdade e da referência a estados de coisas (o conteúdo que pode ser transportado para a paráfrase literal) e aquilo que não faz parte do plano da verdade (a forma metafórica de conectar conteúdos semânticos díspares).

Nessa tradição filosófica, parece haver um conflito entre a paráfrase literal (e a correspondente univocidade da metáfora) e o elemento típico da metáfora, que nos dá “two ideas for one” (SEARLE, op. cit, 111).

Searle diz que essa afirmação (de que a metáfora nos dá duas idéias em uma) é do Dr. Johnson, o famoso dicionarista inglês, mas curiosamente uma formulação equivalente foi defendida pelos principais autores interacionistas, como Richards, Black e Ricoeur. Ricoeur (1975 [2005]:129), por exemplo, tenta explicitar a tese interacionista da seguinte maneira: “a metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes simultaneamente ativas no seio de uma palavra ou de uma expressão simples, cuja significação é resultante de sua interação”.

Paradoxalmente, um dos objetivos de Searle era se contrapor à tradição interacionista, que advogava a existência do significado metafórico. Searle, como vimos, nega que tal tipo de significado exista.

Essa contradição talvez se explique se entendemos que, segundo o filósofo americano, só os significados literais contêm condições de verdade. No entanto, a metáfora faz algo mais, ela junta “duas ideias em uma”, mas isso extravasa as condições de verdade, é uma forma de construção especial, não assimilável à expressão literal. Não fica claro de que ordem seria a cognição típica da metáfora, nessa perspectiva pragmática. Seria uma forma especial de dizer, mas não uma forma especial de pensar o mundo: o mundo é expresso através de proposições que têm condições de verdade, e o enunciado metafórico não as tem.

Separar, no âmbito da metáfora, o conteúdo proposicional da paráfrase, de um lado, e a forma do enunciado metafórico, de outro, é um procedimento complexo e pouco claro. Considere, por exemplo, a negação de uma metáfora.

### 3) A crise não é uma marolinha.

Essa negação inverte o valor de verdade da contraparte positiva, e corresponde a um estado de coisas oposto: a crise é

<sup>5</sup> “It (the metaphor) conveys its truth conditions by way of another semantic content, whose truth conditions are not part of the truth conditions of the utterance”.

grande. Ora, se o “não” afeta o valor de verdade, ele faz parte das condições de verdade da proposição que o falante tem em mente. Assim, poderíamos representar (3) através da fórmula: não ( $q$ ) (não é verdade que a crise é pequena). O “não”, nesse caso, teria valor semântico e afetaria as condições de verdade da paráfrase literal.

Mas, por outro lado, o “não” seria também uma forma de conectar ideias diferentes numa só asserção: ao dizer que uma crise NÃO é uma marolinha, pressupõe-se que “marolinha” pode ser uma propriedade de “crise”, o que obviamente não é verdadeiro no plano literal. Note-se que há uma diferença entre o “não” literal, de “João não veio” e o “não” que aparece numa metáfora, como em “O homem não é uma ilha”. Portanto, o “não” que ocorre em (3) parece constitutivo da metáfora, ou seja, de  $p$ . Logo, não é possível afirmar, seguindo a formulação de Searle, se o “não” pertence às condições de verdade, e como tal está ligado ao sentido do falante, ou se o “não” pertence à expressão metafórica, e como tal não está ligado às condições de verdade.

Essa mesma dualidade entre conteúdo proposicional da paráfrase, de um lado, e a forma de juntar conceitos antagônicos, de outro, também se encontra na obra de autores interacionistas, como veremos na seção a seguir.

## **2.2. A teoria interacionista**

Black (1979 [1993]) é um dos autores fundamentais dessa linha de pensamento. Nessa teoria, a metáfora nasce da justaposição de dois conceitos, representados por duas palavras, e da criação de um novo modo de ver a partir dessa justaposição, ou interação.

Nessa abordagem, uma palavra muda de sentido no enunciado metafórico: o foco ou veículo da metáfora sofre uma alteração semântica. Portanto, contrariamente à teoria pragmática, na teoria interacionista a metáfora envolve o sentido da expressão, e não o sentido do falante.

Mas de que forma se chega a esse novo sentido que a metáfora faz nascer? E se a metáfora é um novo modo de representar os conceitos e as coisas, como delimitar uma única interpretação do enunciado metafórico, pois se se trata de algo novo, como representar o novo com palavras antigas?

Há assim, na teoria interacionista, uma certa oscilação teórica, pois as respostas a essas perguntas parecem conduzir a respostas contraditórias. Se há um novo sentido, então deve haver uma interpretação unívoca da metáfora, aquela que consiste justamente no insight metafórico. Se há um insight, há uma proposição  $p$  que corresponde a esse insight.

Por outro lado, como esse insight implica algo conceptualmente novo, não existente antes na linguagem, então há diversas formas de representá-lo. Não há uma única paráfrase literal da metáfora, pois as palavras antigas, convencionais, não podem capturar a novidade embutida na metáfora.

Essa segunda direção, que tenta explicar como traduzir o novo que a metáfora contém, levou Black (1979 [1993]:25) a assumir uma “inescapável indeterminação” na metáfora: “A mesma declaração metafórica, já que desejo usar essa expressão, pode receber, corretamente, um número de leituras diferentes e até mesmo conflitantes.[...] Há uma inescapável indeterminação na compreensão de uma dada declaração metafórica, desde que consideremos sua significação enigmática como parte de sua essência”.<sup>6</sup>

Aqui a indeterminação está ligada a essa impossibilidade de traduzir o novo com palavras velhas, ou de dar um formato racional a algo que é mais intuitivo ou imagético. Mas isso não implica que a metáfora, na teoria interacionista, não tenha um único significado. Sim, tem: justamente o significado novo que a metáfora impõe. Ou seja, existe uma proposição *p*, contida na metáfora, embora *p* possa receber diferentes traduções; mas *p* é única, de fato, pois *p* corresponde à substância do insight.

Parece haver uma certa contradição aí, ao menos no caso de Black. Afinal, temos uma só leitura da metáfora ou mais de uma? No nosso entendimento, na tradição interacionista, predominou a visão de que o enunciado metafórico tem apenas uma interpretação, porque fatores convencionais conduzem a essa interpretação. Ou seja, a metáfora está ancorada em convenções, mesmo sendo uma nova forma de organizar os conceitos.

Black (1979 [1993]) parece ressaltar as convenções de conotação associadas a uma palavra. Para ele, o sentido das palavras nas metáforas evoca um sistema de lugares comuns associados. Portanto, segundo este autor, chegamos ao sentido da metáfora por meio das conotações de uma palavra; o nosso conhecimento da linguagem e de seus usos nos guia na atribuição do sentido correto. Como as conotações são convencionais numa comunidade linguística, as interpretações de uma metáfora também seguem uma rota mais ou menos definida para os membros dessa comunidade.

Dessa forma, conhecimento sobre usos convencionais das palavras permite que se infira qual o sentido metafórico de um uso novo; assim, não há contradição entre o convencional e o novo na metáfora. O convencional é uma forma de se chegar ao sentido pretendido.

Então por que Black falou da “indeterminação inescapável”? De fato, ele pretendia sustentar que a metáfora representa um modelo de interpretação do real (cf. RICOEUR, 1975 [2005]:140), e como tal um enunciado metafórico é irreduzível a outras interpretações literais, pois se trata de um modelo novo. Mas isso

<sup>6</sup> “The very same metaphorical statement, as I wish to use that expression, may appropriately receive a number of different and even partially conflicting readings.[...] There is an inescapable indeterminacy in the notion of a given metaphorical statement, so long as we count its import as part of its essence”.

não implica, por outro lado, que a metáfora tenha mais de um sentido; ela tem apenas um, aquele que o modelo de mundo criado por ela representa.

Tentemos aprofundar um pouco mais essa questão da paráfrase em Black. Em primeiro lugar, o apelo às conotações limita brutalmente a capacidade de significação da metáfora, e faz com que paráfrases literais eliminem o conteúdo propriamente metafórico. Ou seja, o velho (a conotação) suprime o novo (a metáfora), como já foi observado por Ricoeur (1975 [2005]:140).

Tomemos uma metáfora como “O homem é um lobo”. Seguindo a proposta de Black, na conotação de “lobo” entraria o conceito de “voraz”, e isso permite transportar esse predicado para “homem”, gerando-se a paráfrase “o homem é voraz”. Mas notem que, apesar de simples, esse procedimento é enganoso, pois “voraz”, quando aplicado a “homem”, não tem o mesmo sentido quando aplicado a “lobo”! Por exemplo, “um homem voraz” não sai por aí devorando outras pessoas, como faria um lobo. Portanto, a paráfrase “literal”, em certos termos, é ainda metafórica. O específico da metáfora se perde nesse apelo às conotações. Notem ainda que, nessa abordagem de Black, a paráfrase literal (“o lobo é voraz”) é intermediada por uma propriedade que não pertence à definição literal *stricto sensu* do conceito “lobo”.

Há assim uma contradição entre a “inescapável indeterminação” de que fala Black, e a redução que ele tenta fazer do sentido metafórico a um caso de convenção. Como explicar essa contradição? Talvez haja uma diferença, na teoria dele, entre dois aspectos da metáfora, e Black ora se refere a um, ora se refere a outro aspecto, gerando a contradição citada.

A metáfora, na perspectiva de Black, é tanto um dizer, quanto um mostrar. O dizer corresponde ao aspecto proposicional da metáfora, o qual pode ser parafraseado num enunciado literal. O dizer é o conteúdo cognitivo que pode ser transportado para outras palavras.

O mostrar corresponde à manipulação conceitual que a metáfora realiza; uma metáfora mostra como vemos uma coisa como outra, ela nos demonstra “graficamente” essa torção e expansão de conceitos. A metáfora justapõe diante dos olhos de nossa mente conceitos antagônicos e a possível relação entre eles, como no caso de “crise” e “marolinha”, e essa visão dos conceitos não pode ser parafraseada, pois é uma figuração conceitual, e não um pensamento que possa ser traduzido em termos literais. Black (1979 [1993]:32) dá um exemplo geométrico do que é um mostrar (embora ele não defina claramente esse conceito de mostrar): uma estrela de Davi pode ser vista de diferentes formas: a) como um triângulo equilátero sobreposto em outro do mesmo tamanho; b) como um hexágono regular, com um

triângulo equilátero em cada um de seus lados; c) como três paralelogramos congruentes superpostos.

Essas são três formas de ver a estrela de Davi, que podem ser mostradas graficamente (por exemplo, podemos marcar as formas geométricas com cores distintas). A mente precisa perceber essas conexões entre as figuras. O mesmo ocorreria na metáfora: a mente precisa se aperceber das conexões entre os conceitos antagônicos, e isso só pode ser mostrado, mas não dito.

Pois bem, quando Black se refere à impossibilidade de uma paráfrase, ele parece estar se referindo ao mostrar; quando ele fala da paráfrase através da conotação, ele parece estar se referindo ao dizer.

O mostrar não pode ser transposto num conteúdo proposicional, pois é uma “figura” que liga dois conceitos. “A crise é uma marolinha” não pode ser traduzida por justapor duas imagens, a de “crise” e a de “marolinha”. Sendo assim, como traduzi-las, se só elas mesmas podem transmitir a idéia pretendida?

No caso do dizer, temos um conteúdo proposicional embutido na metáfora, e cabe ao interlocutor descobri-lo. Definido esse conteúdo, é possível representá-lo com outras palavras, formando-se as paráfrases. E o dizer também respeita o princípio da univocidade: apenas um conteúdo proposicional é atribuído ao que a metáfora quer dizer.

Curiosamente, se nossa análise está correta, as tradições pragmática e interacionista se encontram nesta dicotomia entre o que a metáfora diz e o que ela mostra; no caso da tradição pragmática, ela diz o que o falante quis dizer e mostra duas ideias juntas numa só palavra.

No caso de Black, a metáfora diz algo com base na conotação do veículo da metáfora, e mostra como conceitos distintos podem ser manipulados de forma a aparecerem juntos.

Neste artigo, tentamos desmontar essa dicotomia entre dizer e mostrar, e defender que não se trata de uma dicotomia estanque entre paráfrase única e impossibilidade de paráfrase. Em função da indeterminação da metáfora, ela pode receber um número indefinido de paráfrases, inclusive paráfrases que são outras metáforas, o que ocorre quando parafraseamos a “crise é uma marolinha” por “a crise não é tão feia”, ou ainda uma paráfrase de base metonímica, de CAUSA-EFEITO, pois se a causa (a marolinha) não é tão perigosa, tão destrutiva, o seu efeito é desprezível, que é a propriedade que se atribui à crise.

### 2.3. A teoria da metáfora conceptual

Na tradição da metáfora conceptual, não há um processo de interpretação da metáfora. A metáfora é uma forma de organizar e construir conceitos, e como tal é entendida como uma

propriedade da mente, e não dos signos linguísticos, como era o caso tanto na tradição pragmática, quanto na tradição interacionista. Segundo a teoria da metáfora conceptual, “a metáfora não é um floreio que adorna a língua; (...) é, ao contrário, parte essencial do pensamento.”<sup>7</sup> (PINKER, 2007:245).

Na verdade, Lakoff e Turner (1989) afirmam que há interpretação de metáforas em textos literários, a partir da ativação de metáforas conceptuais ordinárias, num processamento *top-down*. Isso não invalida a nossa observação de que a estrutura da metáfora conceptual em si não depende do processo interpretativo. O que queremos argumentar aqui é que o mapeamento entre dois domínios é um processo de construção do sentido, e como tal um processo inerentemente interpretativo.

A teoria pragmática da metáfora tenta explicar como se dá a passagem das expressões metafóricas para a intenção do falante, estabelecendo uma ponte entre o que se diz e o que se quer dizer. A teoria interacionista busca mostrar como a interação inesperada entre signos permite uma apreensão de novos aspectos da realidade. Essas duas teorias partem dos signos, e tentam chegar, através deles, ao valor cognitivo da metáfora.

No caso da teoria conceptual da metáfora, o plano do signo está ausente, ou é secundário (MURPHY, 1996; MOURA, 2006). A metáfora equivale a um modelo de funcionamento da cognição humana. Os signos são apenas a roupagem visível desse modelo mental.

Essa ênfase na cognição elimina, ou põe em segundo plano, a questão da interpretação. Ora, a interpretação é um elemento inerente ao uso dos signos. Peirce já frisara que o uso do signo impõe um interpretante, que ele define da seguinte forma: “Um signo, ou *representamen*, é algo que representa algo para alguém sob alguma relação ou a algum título. Ele se dirige a alguém, isto é, cria no espírito desta pessoa um signo equivalente... este signo criado, eu o chamo de *interpretante* do primeiro signo” (apud ARMENGAUD, 2006:27-28).

Um signo precisa de outro signo que o interprete. Logo, a interpretação é fato essencial no uso de sistemas simbólicos. Ao situar a metáfora na mente, Lakoff e colaboradores tentaram retirar da metáfora o seu caráter estritamente simbólico, enfatizando o seu papel na construção de conceitos. Mas uma metáfora necessita ser interpretada, como observa Murphy (1996:181): “Há um problema sério com qualquer explicação que exige conexões metafóricas, como, por exemplo, a forma como uma relação metafórica mental deve ser interpretada. Como discutido anteriormente, qualquer metáfora necessita ser interpretada já que a conexão entre o tópico e o veículo não está totalmente descrito na metáfora propriamente dita.”<sup>8</sup> As coisas se passam, na teoria da metáfora conceptual, como se a metáfora fosse uma forma clara e indisputável de enriquecer

<sup>7</sup> “metaphor is not an ornamental flourish of language, (...) but an essential part of thought”.

<sup>8</sup> “There is a serious problem with any account requiring metaphoric connections, namely how a metaphoric mental relation is to be interpreted. As pointed out earlier, any metaphor needs to be interpreted, because the connection between the topic and vehicle is not completely described in the metaphor itself”.

conceitos, o que suprime a necessidade de interpretação, o que nos faz lembrar a expressão jurídica “in claris cessat interpretatio” (em questões claras não há lugar para a interpretação).

Desse aspecto se pode concluir que também a tradição da metáfora conceptual conduz ao postulado da univocidade do sentido. Se não há interpretação, não há multiplicidade de sentidos.

O problema com essa tradição é que aquilo a que as pessoas têm acesso são metáforas linguísticas, e como tal os falantes se vêem sempre na condição de intérpretes, e como tal lidam com interpretantes, no sentido definido por Peirce.

Quando expostas a uma metáfora, em situação real, os falantes tentam construir significações; os sentidos atribuídos são resultantes de um processo de interpretação. Na seção 3, apresentamos um estudo de caso qualitativo que mostra essa construção do sentido da metáfora por falantes em situações reais de uso da linguagem.

A questão da construção do sentido da metáfora tem sido abordada no âmbito da tradição da metáfora conceptual. Gibbs (1984) discute a indeterminação da metáfora tentando resolver ou determinar o sentido com base na intenção do autor. Já Gibbs e Gerrig (1989:146) investigam “como o contexto limita a interpretação dos sentidos indeterminados e não-proposicionais da metáfora” (p. 146). Embora haja essas tentativas de precisar o sentido da metáfora com base na intenção do autor, ou no contexto, Gibbs (1984) acaba admitindo que “as metáforas são, frequentemente, vistas como abertas precisamente porque sua ambiguidade resiste à idéia de um único sentido proposicional pré-definido”<sup>9</sup> (p. 44).

Portanto, a questão da indeterminação da metáfora continua em aberto nessa tradição de pesquisa. Daí a necessidade de pesquisas empíricas que investiguem como os leitores interpretam metáforas em textos autênticos num evento social de leitura em grupo e como constroem paráfrases de uma forma descompromissada com qualquer teoria. Desse modo as teorias podem ser confrontadas com dados de interpretação de leitores reais e não apenas com a interpretação do analista/teórico.

### 3. Investigando empiricamente a indeterminação da metáfora

Nesta seção iremos confrontar as idéias dos teóricos discutidos na seção anterior com os dados de interpretação de leitores reais. Para isso apresentaremos a pesquisa empírica que temos realizado e em seguida os dados de um estudo de caso para serem discutidos à luz das teorias apresentadas.

O problema das múltiplas leituras da metáfora surgiu ao ser utilizado o *pensar alto em grupo*<sup>10</sup> por Zanotto, 1995, 1998; Palma, 1998; Nardi, 1999 e Vieira, 1999, como técnica de pesquisa para

<sup>9</sup>“metaphors are often viewed as open-ended precisely because their ambiguity resists a single, definitive propositional meaning.”

<sup>10</sup> O pensar alto em grupo é uma reinterpretção sociocognitiva do pensar alto convencional (Ericsson e Simon, 1984), porque ao realizar o convencional para ler textos autênticos que continham metáforas, Zanotto (1992) constatou que os alunos ficavam apenas no primeiro estágio, ou seja, na percepção da ruptura (hoje denominada incongruência) e não conseguiam interpretar a metáfora. Daí a necessidade de ler em grupo no qual tanto o(a) professor(a) como os alunos podem ser mediadores na construção das leituras.

investigar o processo de compreensão da metáfora, com o objetivo de dar coordenadas para o professor poder trabalhar com sua interpretação em sala de aula e não simplesmente com seu reconhecimento e classificação, prática característica do ensino tradicional. Logo na primeira vivência do pensar alto em grupo, surgiram as múltiplas leituras que nos desafiaram no sentido de explicar seus processos de compreensão e a natureza semântico-pragmática das múltiplas leituras.

Percebemos que era fundamental explicar a natureza das múltiplas leituras, para poder mudar as práticas de leitura em sala de aula, no sentido de poder dar voz ao leitor e permitir que ele construísse os sentidos de um texto com base no seu contexto e conhecimento de mundo, assim como nas suas experiências, ou seja, buscamos uma prática que possibilitasse uma real construção das leituras e não visse a leitura como uma simples decodificação do sentido literal. Mas para isso seria preciso investigar o que poderia ocorrer dando essa liberdade aos leitores de construir sentidos por si mesmos. Assim, as implicações de uma investigação sobre as múltiplas leituras poderão ser muito importantes para o ensino, dando ao aluno o poder de ser leitor e o poder de dizer sua palavra (FREIRE, 1970 [1987]), assim como para testar e discutir as teorias apresentadas na primeira seção.

A técnica principal da pesquisa é o pensar alto em grupo, que é concebido como uma vivência de leitura que tem como característica essencial dar voz aos alunos, para que eles tenham um diálogo descompromissado com o texto e, espontaneamente, sejam construídas diferentes leituras.

A metodologia adotada foi a interpretativista (ERICKSON, 1986; DENZIN e LINCOLN, 1998), que tem como preocupação essencial ouvir as vozes dos que vivem as práticas sociais investigadas (MOITA LOPES, 2006), contrapondo-se ao positivismo que silenciou muitas vozes, devido a sua concepção de objetividade que excluía o sujeito. Como o pensar alto em grupo tem como característica essencial dar voz ao leitor e legitimar sua voz, é uma prática social de leitura e, ao mesmo tempo técnica de pesquisa, perfeitamente afinada com a metodologia adotada.

Como se trata de investigação sobre as múltiplas leituras da metáfora, é fundamental que os dados sejam gerados com vários grupos de leitores, para permitir verificar se há variação (ou não) das leituras. Dessa forma o desenho do estudo de caso coletivo instrumental (STAKE, 1998), com metodologia interpretativista, se revelou o mais adequado para os objetivos da pesquisa. A razão para considerar um estudo de caso instrumental é que “um caso particular é examinado para propiciar insight sobre uma questão ou refinamento de teoria” (STAKE, 1998:88). Nesta pesquisa, o caso será examinado em profundidade para iluminar a questão da indeterminação da metáfora. Pelo fato de

trabalhar com vários grupos (casos), a pesquisa é um estudo de caso coletivo, isto é, “um estudo instrumental estendido a vários casos” (STAKE,1998:89).

Com esse desenho de pesquisa, Zanotto (2006b) propôs como objetivo de investigação mapear os tipos de indeterminação metafórica, pois trabalhos anteriores (ZANOTTO e PALMA, 2003; ZANOTTO, 2006a) levaram à constatação de que as múltiplas leituras da metáfora constituíam diferentes casos de indeterminação. Essa constatação levou à hipótese de que a metáfora não constituía um tipo de indeterminação ‘exótico e marginal’, como afirmou Pinkal (1995), mas manifestava os mesmos tipos que a linguagem literal. Isso significa que a metáfora pode ser polissêmica (ZANOTTO e PALMA, 2008), ou ambígua (ZANOTTO; 2006a, ZANOTTO e MOURA, 2008), ou, quem sabe; vaga. Daí Zanotto (2006b) propor como objetivo de pesquisa o mapeamento dos diferentes tipos de indeterminação metafórica. Esse objetivo tem sido investigado por Zanotto em parceria com Moura e Palma.

Zanotto e Moura (2008), desenvolvendo outro estudo de caso, refinaram a hipótese, afirmando que a metáfora herda a indeterminação especificamente do sentido literal do domínio-fonte, cuja estrutura semântica permite explicar as múltiplas leituras, sejam elas metafóricas ou metonímicas. Daí a denominarmos neste estudo de hipótese da correlação da indeterminação. Essa hipótese, assim como outras questões, será discutida na análise de dados a seguir.

### ***3.1 Primeiro estudo de caso concluído: Polissemia metafórica***

O primeiro estudo de caso coletivo concluído está relatado em Zanotto e Palma (2008) e será retomado neste trabalho com o objetivo de refletir sobre as contribuições que ele traz para elucidar a questão da indeterminação da metáfora, sobretudo no que diz respeito à hipótese acima, assim como para avançar em relação a questões que ficaram em aberto. O que deixamos em aberto no trabalho foi a questão levantada por Gibbs (2006) em relação a ‘como contar ou individuar as diferentes leituras’, que está intimamente ligada ao problema da interação metáfora/metonímia na construção das leituras. Esses dois aspectos, por sua vez, estão imbricados com a questão de identificar o tipo de indeterminação metafórica constituído pelas múltiplas leituras construídas em cada estudo de caso coletivo. Além disso, Zanotto e Palma também apontaram a possibilidade de a indeterminação da metáfora ter características específicas que a diferenciam da indeterminação da linguagem literal.

O estudo de caso coletivo foi construído com dois grupos anteriores, analisados em ZANOTTO e RICCIARDI, 1984, e

ZANOTTO, 1995, 1998, aos quais foram acrescentados quatro grupos mais recentes, tendo sido, portanto, construído em duas fases. Nas vivências do pensar alto em grupo, os leitores dos diferentes grupos dedicaram um bom tempo da discussão para interpretar o que supúnhamos ser uma metáfora, ou seja, o veículo metafórico representado pela palavra 'alfanje', que aparece no primeiro verso do segundo quarteto do poema lido, que se intitula Fraga e Sombra, da autoria de Carlos Drummond de Andrade:

### Fraga e Sombra

A sombra azul da tarde nos confrange.  
Baixa, severa, a luz crepuscular.  
Um sino toca, e não saber quem tange  
É como se este som nascesse do ar.

Música breve, noite longa. O alfanje  
Que sono e sonho ceifa devagar  
Mal se desenha, fino, ante a falange  
Das nuvens esquecidas de passar.

Os dois apenas, entre céu e terra,  
Sentimos o espetáculo do mundo,  
Feito de mar ausente e abstrata serra.

E calcamos em nós, sob o profundo  
Instinto de existir, outra mais pura  
Vontade de anular a criatura.

(ANDRADE, C.D. Reunião. Rio de Janeiro:  
José Olympio, 1969, p.177)

Para discutir as leituras que ocorreram e responder às perguntas de pesquisa relacionadas aos nossos objetivos neste trabalho, iremos apresentar alguns recortes mais significativos, por constituírem exemplos representativos de processos que ocorreram nos diferentes grupos. As perguntas que pretendemos responder são:

- 1) Como contar ou individuar as diferentes leituras? Quais os critérios pertinentes para individuar as leituras? (Essa questão, a nosso ver, é fundamental para se poder discutir o tipo de indeterminação que as leituras constituem).
- 2) A interação metáfora / metonímia tem implicações na identificação das leituras e do fenômeno em análise? (Se há processos metonímicos e metafóricos envolvidos

na construção das leituras, surge a questão sobre a natureza do que está sendo estudado: é uma metáfora ou uma metonímia? Ou uma ‘metaftonímia’, como propõe Goossens (2002)? Ou as interpretações metafóricas e metonímicas devem ser consideradas diferentes leituras?

### Discussão dos dados

Começaremos pelas leituras construídas por ZANOTTO e RICCIARDI (1984)<sup>11</sup>, que leram o texto individualmente e depois conversaram sobre as diferentes leituras, realizando algo que depois veio a ser considerado como ‘o pensar alto em grupo’. Zanotto e Ricciardi discutiram e negociaram as diferentes leituras de ‘alfanje’ como LUA e TEMPO e chegaram a um consenso, aceitando as duas.

#### - Leitura LUA

Apresentamos a seguir o recorte 1, que mostra o processo de construção da leitura LUA:

#### Recorte 1

Cataforicamente temos na linha de superfície, “sono” e “sonho” que metonimicamente, por contiguidade temporal, sugerem-nos noite, possibilidade confirmada anafóricamente: “Música breve, noite longa”. A catáfora ainda nos oferece a pista “falange das nuvens” que, por contiguidade espacial, evoca-nos céu, confirmado no primeiro verso do primeiro terceto. Assim, conhecendo o formato da folha do alfanje, organizamos coerentemente o resultado das inferências e chegamos a um possível referente: Lua, em seu quarto crescente ou minguan-te. Os elementos anafóricos “sombra”, “tarde”, “crepuscular” e “um sino toca”, evocando-nos o último, metonimicamente, por contiguidade religiosa-cultural, a hora da Ave-Maria, podem ser vistos, agora, como tecedores de uma circunstância temporal, preparando-nos para a chegada da Lua... (Zanotto e Ricciardi, 1984:45).

Esse recorte mostra a importância das pistas textuais, que serviram de base para inferências metonímicas, as quais permitiram construir o contexto no qual aparece o ‘alfanje’. As pistas anafóricas ‘sono’ e ‘sonho’ levaram à inferência metonímica, baseada na contiguidade temporal, de ‘tempo noturno’. E a pista catafórica ‘falange das nuvens’ levou à inferência metonímica, baseada na contiguidade espacial, quanto ao lugar em que aparece o ‘alfanje’, ou seja, o céu. Ao apontarem a expressão ‘falange das nuvens’ como pista catafórica, as leitoras estavam construindo o sentido de ‘alfanje’ como sujeito da oração ‘mal se desenha fino ante a falange das nuvens esquecidas de pas-

<sup>11</sup> O objetivo de Zanotto e Ricciardi (1984) era focalizar a metáfora num texto autêntico, para verificar o papel do contexto na construção do sentido metafórico.

sar' e levando em conta também a importante pista constituída pelo verbo 'desenhar'. Por outro lado, os elementos anafóricos 'sombra', 'tarde', 'crepuscular' e 'um sino toca' permitiram outra inferência metonímica, baseada na contiguidade religiosa-cultural, de que o poeta descreve a hora da Ave Maria.

O recorte 1 mostra a quantidade de inferências metonímicas que levaram à construção de características do contexto quanto ao espaço e ao tempo, nos quais se situa o 'alfanje', e que serviram de base para a sua interpretação metafórica. Para a leitura metafórica a pista decisiva foi o formato do 'alfanje' (inferido a partir do verbo 'desenhar') que se assemelha ao da 'lua'. O leitor montou assim as pistas para resolver o enigma: quem é que aparece no céu, na hora da Ave Maria, e que tem o formato de um alfanje? *A lua*. (ZANOTTO, 1995, 1998)

Essa leitura se aproxima, portanto, da resolução criativa de problemas, como apontam Hoffman e Honeck, 1980:

... a conexão entre a linguagem figurada e a resolução criativa de problema é uma conexão natural. Metáforas podem estar envolvidas na solução de problemas que aparecem na forma de fenômenos anômalos (p. 19).<sup>12</sup>

Ao falarem de anomalia os autores se referem à ruptura sintático-semântica ou pragmática, que, no caso analisado acima, é representado pela frase 'o alfanje mal se desenha fino ante a falange de nuvens esquecidas de passar', pois não seria possível o 'alfanje' se desenhar no céu. O fenômeno da anomalia foi considerado nas teorias de Searle (1979) e Grice (1975) como um literal 'defectivo', que seria necessário para a busca de um sentido não literal (implicaturas ou metáfora, ironia etc). Alguns autores, como Paivio e Walsh (1979), Kittay, (1989) e Cameron (2003), falam desse literal defeitivo como incongruente, sendo que Cameron considera a incongruência uma condição necessária para a existência da metáfora.

De fato, na vasta literatura da metáfora e da linguagem figurada em geral, esse fenômeno tem recebido diferentes nomes: desvio, anomalia, incongruência, incompatibilidade (RADDEN ET AL., 2007) e tem sido considerado essencial para a existência de uma leitura metafórica e/ou metonímica. O conhecido modelo de estágios na compreensão da metáfora, baseado em Grice (1975) e Searle (1979), consiste basicamente em perceber a incongruência (primeiro estágio) e tentar resolver a incongruência (segundo estágio). Esse modelo de estágios foi bastante testado por experimentos psicolinguísticos por Gibbs (Cf. GIBBS, 1993)<sup>13</sup>, em inúmeros trabalhos na década de 80, levando-o a contestar a idéia de Searle (1979) de que seria necessário que o intérprete, em primeiro lugar, analisasse o sentido literal e, ao perceber a

<sup>12</sup> ... the connection between figurative language and the creative solution of a problem is as natural connection. Metaphors can be involved in the solution of problems which appear in the form of anomalous phenomena.

<sup>13</sup> Gibbs (1993), retomando o modelo de estágios que se origina em Grice (1975) e Searle (1979), faz uma revisão dos experimentos psicolinguísticos (Gibbs, 1984, 1989; Gibbs e Gerrig, 1989; Hofman e Kemper, 1987) que contestaram a passagem pelo literal e fala também da falta de consenso sobre a definição do literal (DASCAL, 1987, 1989; GIBBS, 1984, 1989; GIBBS, 1993, p.57).

incongruência em relação ao contexto, o rejeitasse para procurar um sentido figurado. Houve, assim, um longo debate entre Gibbs (1984, 1989) e Dascal (1987, 1989), sendo que o primeiro questionava o modelo de estágios e o segundo o defendia.

Na atualidade, no entanto, a ideia de resolver a incongruência ainda persiste, e com razão. Cameron (2003), por exemplo, considera a incongruência uma condição necessária para a construção do sentido metafórico. Radden et al (2007:7) também aceitam a ideia da anomalia ou incongruência, usando, no entanto, o termo incompatibilidade. Eles assim definem o fenômeno:

“A incompatibilidade é compreendida como uma instância de subespecificação já que exige que os interlocutores construam significados para que possam reconciliar o conflito entre expressões.”<sup>14</sup>

Entretanto, podemos questionar nos dados o que significa resolver a incongruência, pois se Searle tenta resolver sempre com uma paráfrase literal, como vimos na seção 2 deste artigo, nos dados deste estudo de caso vai ocorrer algo diferente. Searle dá um exemplo de metáfora ‘Sally é um bloco de gelo’ e de sua paráfrase literal: ‘Sally é uma pessoa totalmente não emocional e não responsiva’.<sup>15</sup> No entanto, respostas mais naturais de um leitor - não filósofo e não preocupado com uma paráfrase literal e com as condições de verdade - seria que ‘Sally é fria, distante, dura etc’, ou seja, ele construiria paráfrases metafóricas, resultantes do mapeamento do domínio-fonte (bloco de gelo) para o domínio-alvo (Sally), e não uma paráfrase literal.

A ideia de estágios se aplica ao recorte analisado neste item, pois a leitura LUA foi construída num processamento ascendente<sup>16</sup>, segundo a visão cognitiva da leitura, que corresponde ao modelo de estágios, na visão pragmática da interpretação. Mas, se o modelo de estágios foi contestado por Gibbs com exemplos da linguagem cotidiana, vemos que, na interpretação de ‘alfanje’ no poema, a construção da leitura LUA ocorreu de forma ascendente, ou seja, em estágios, por ser uma metáfora nova para as leitoras.

Essa mesma leitura foi construída também num processamento ascendente pelo segundo grupo que vivenciou o pensar alto, como foi relatado em ZANOTTO (1995, 1998), e também pelo quarto grupo, conforme analisado por ZANOTTO e PALMA (2008). O processamento foi semelhante nos 3 grupos e evidenciou a motivação cognitiva da leitura, assim como o papel das inferências metonímicas, que é diferente do papel que elas terão nas outras leituras, que serão discutidas a seguir. Pudemos ver que na construção desta leitura metafórica foi muito importante a forma do alfanje e da lua e as inferências metonímicas sobre o contexto que serviram de mediação para a construção da leitura metafórica.

<sup>14</sup> “Incompatibility is understood as an instance of underspecification since it requires the interlocutors to construct meanings in order to reconcile the conflict between expressions”

<sup>15</sup> ‘Sally is a block of ice. Sally is an extremely unemotional and unresponsive person.’

<sup>16</sup> Kato (1985) define o processamento ascendente (bottom-up), como sendo aquele em que o leitor “faz uso linear e indutivo das informações visuais, linguísticas, e sua abordagem é composicional, isto é, constrói o significado através da análise e síntese do significado das partes.” (p. 40)

### - Leitura TEMPO

Em seguida, Zanotto e Ricciardi (1984) constroem outra leitura, levando agora em conta a função do alfanje: ceifar, porque a oração que será interpretada no recorte 2 é: 'o alfanje que sono e sonho ceifa devagar... Vejamos o recorte 2:

#### **Recorte 2**

Levando em conta um elemento cotextual, observamos que à Lua é atribuída a ação eliminadora de "ceifar", verbo que sintetiza duas ideias importantes: movimento e destruição. A Lua, portanto, é destrutiva em seu movimento (...). Ora, a atribuição subjetiva da característica "eliminadora" à Lua vem por via indireta, pois o real eliminador é o tempo noturno, e não ela. É o tempo que, no seu percurso, destrói a noite e faz nascer o dia, afugentando o sono e matando os sonhos.

Nessa sequência de inferências, concluímos que o referente direto de alfanje poderia ser o "tempo", baseados na semelhança de atuação e efeito que ambos determinam em seus movimentos. Aliás, Khronos, o Deus do Tempo, traz em suas mãos um alfanje destruidor (...). O Autor, entretanto, apresentou-nos uma corrente de referências, empregando, metaforicamente, "alfanje" por "Lua" e "Lua", metonimicamente, por "tempo noturno", numa associação de contiguidade tempo. (ZANOTTO e RICCIARDI, 1984: 45-46)

A leitura LUA, construída metaforicamente, pelo mapeamento a partir da forma, no recorte anterior, vai funcionar como base para a construção de outra leitura metafórica, pelo mapeamento a partir da função: LUA É CEIFEIRA. Por outro lado, a leitura LUA vai também servir de base para a inferência metonímica de TEMPO. Vejamos como isso ocorre: no primeiro parágrafo, há a construção da leitura metafórica LUA É CEIFEIRA, tendo como pista a predicação constituída pelo verbo 'ceifar'. A lua, por sua vez, leva à inferência metonímica (do tipo CAUSA PELO EFEITO) do TEMPO, no segundo parágrafo, pois é ela que, com seu movimento, marca a passagem do tempo. Por isso, ela tem sido considerada em diversas culturas o símbolo do tempo (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1982). Portanto, houve uma inferência metonímica, que serviu de base para a interpretação metafórica de TEMPO É CEIFEIRO. Essa leitura é confirmada pelo saber enciclopédico que diz que Khronos, o Deus do Tempo, traz em suas mãos um alfanje destruidor, ou seja, essa interpretação foi construída metonimicamente pela relação INSTRUMENTO PELO AGENTE, configurando uma metonímia integrada à metáfora (GOOSENS, 2002), pois ela não está levando a uma outra leitura, mas reforçando a mesma.

Pode-se perceber que houve um encadeamento de leitura metafórica (alfanje como LUA) e leitura metonímica: lua metonimicamente por tempo noturno, numa associação de contiguidade temporal, que serviu de mediação para a leitura metafórica TEMPO É CEIFEIRO. Esse encadeamento inferencial (interpretação metafórica → metonímica → metafórica) caracteriza um processamento ascendente de construção das leituras. O processamento ascendente acaba assim elicitando ‘a motivação (cognitiva) subjacente a uma metáfora ou metonímia’ (GOOSSENS, 2002, p.372), que a convencionalização pode ter apagado, ou o processamento descendente<sup>17</sup> pode ter omitido, como veremos no grupo 2.

Assim, os recortes 1 e 2, por relatarem processamentos ascendentes, evidenciaram um encadeamento de inferências metonímicas e metafóricas, que atuaram de forma integrada na construção das diferentes leituras. O que estamos considerando como primeira leitura é LUA É CEIFEIRA, cuja construção exigiu duas inferências metafóricas, uma quanto à *forma* do alfanje e outra quanto à sua *função*, atuando de forma integrada. A segunda leitura – TEMPO É CEIFEIRO – foi construída a partir de uma inferência metonímica e outra metafórica (pela função), constituindo, assim, o que Goossens (2002) chamou de metaftonímia integrada. A leitura Khronos, Deus do Tempo seria uma terceira leitura? Ou seria uma confirmação da segunda? A nosso ver, ela integra o processo da segunda leitura, confirmando-a.

Sintetizando a cadeia de inferências, temos:

Alfanje → inferência metafórica quanto à *forma* → LUA  
 → inferência metafórica quanto à *função* → LUA É CEIFEIRA  
 → inferência metonímica CAUSA PELO EFEITO → TEMPO →  
 inferência metafórica quanto à *função* → TEMPO É CEIFEIRO  
 → inferência metonímica INSTRUMENTO PELO AGENTE, →  
 Khronos, Deus do Tempo.

É preciso observar aqui que todas essas leituras não são paráfrases literais, mas são metafóricas, o que comprova a idéia de Lakoff e Turner (1989) de que o leitor entende as metáforas literárias ativando metáforas conceptuais do sistema metafórico convencional. Isso mostra que a idéia de ‘resolver a incongruência’ precisa ser revista e reformulada, pois os leitores estão construindo incongruências, que talvez sejam mais aceitas por serem convencionais.

Se o processamento do grupo 1 foi predominantemente ascendente, o grupo dois surpreendeu, porque, logo, no início da conversa sobre o texto, a aluna Carina construiu a leitura TEMPO num interessante processamento descendente (*top down*), ativando a metáfora conceptual TEMPO É CEIFEIRO,

<sup>17</sup> Kato (1985) define o processamento descendente como sendo “uma abordagem não-linear, que faz uso intensivo e dedutivo de informações não-visuais e cuja direção é da macro para a microestrutura e da função para a forma.”(p.40)

mostrando que é possível chegar a essa leitura sem passar pelos estágios anteriores. Vejamos no recorte 3 como ocorreu:

### Recorte 3

1	João	a vida caminha entre sono e sonho né?...e...quer dizer, não há problema...aquele..aquele fundo que ele dá é simplesmente um equilíbrio do sonho e do sono quer dizer ..não há mais nada..há uma transcendência né?
	Professora	pode comentar...ela tem alguma coisa
5	Carina	eu pensei outra coisa porque...quando ele falou em sino...música breve, noite longa...eu pensei assim... o crepúsculo que é breve em relação à noite que é longa...eu pensei
	Cristina	mas a música pode ser relacionada com o sino...
10	Carina	eu pensei a música do sino eu relatei com o crepúsculo que é às seis da tarde ...que se toca o sino...foi isso que eu pensei... que é justamente o momento do crepúsculo que é muito breve em relação à noite e aí ele fala do ...ah...do...alfanje né?
	João	Isso é ...
	Carina	que eu fui procurar (no dicionário) para saber... <u>que é um sabre</u>
	João	Isso é...
15	Carina	<u>é uma arma que corta que seria justamente o tempo que vai passando e vai cortando o tempo que as pessoas têm para sonhar ou para dormir...o sono e o sonho... enquanto a noite vai passando né?...eu pensei muito no tempo...foi uma idéia que me veio com muita frequência...</u>
	João	O tempo?
20	Carina	o tempo... a questão do tempo passando...ou lenta ou rápida... <u>o tempo durante a noite que vai passando e vai cortando...</u>
	Professora	<i>o alfanje que sono e sonho ceifa</i> você interpretou como o tempo?
	Sílvia	Olha...como o tempo? " <i>O alfanje se desenha fino ante nuvens</i> "... tempo se desenha fino...fino ante nuvens? Não pode ser...
25	Carina	hum...pode ser [ri]
	João	não o alfanje ceifa devagar...sono e sonho...
	Sílvia	o que que se desenha fino?
	Carina	O alfanje...
	João	o alfanje... o alfanje mal se desenha fino...fino...ante a falange...
30	Carina	Mal se desenha...
	João	Finamente...
	Sílvia	Por isso que eu descartei o tempo.
		(ZANOTTO e PALMA, 2008, p.22)

Para que o leitor possa visualizar mais claramente o pensamento de Carina, apresentamos abaixo sem as interrupções dos colegas e da professora:

eu pensei outra coisa porque... quando ele falou em sino...música breve, noite longa... eu pensei assim... o crepúsculo que é breve em relação à noite que é longa... eu pensei... eu pensei a música do sino eu relacionei com o crepúsculo que é às seis da tarde... que se toca o sino... foi isso que eu pensei... que é justamente o momento do crepúsculo que é muito breve em relação à noite e aí ele fala do... ah... do... alfanje né? que eu fui procurar (no dicionário) para saber... *que é um sabre é uma arma que corta que seria justamente o tempo que vai passando e vai cortando o tempo que as pessoas têm para sonhar ou para dormir...o sono e o sonho... enquanto a noite vai passando né?... eu pensei muito no tempo... foi uma ideia que me veio com muita frequência... o tempo... a questão do tempo passando... ou lenta ou rápida... o tempo durante a noite que vai passando e vai cortando.*

Carina apresenta sua interpretação numa retrospectiva imediata, logo no início do pensar alto (segundo turno), pois havia acabado de ler o poema. No início de sua fala, ela explicita inferências metonímicas para construir o contexto, baseando-se em algumas pistas diferentes das utilizadas por Zanotto e Ricciardi (1984). Em seguida passa a interpretar o 'alfanje', falando (na sexta linha) que procurou o sentido de 'alfanje' no dicionário e viu que é um 'sabre, uma arma que corta' e, em seguida, já interpreta metaforicamente num processamento descendente: *'que seria justamente o tempo que vai passando e vai cortando o tempo que as pessoas têm para sonhar ou para dormir'...* Ou seja, Carina, para entender a metáfora do texto de Drummond, ativou a metáfora conceptual TEMPO É CEIFEIRO (Cf, LAKOFF e TURNER, 1989:41, 86), construindo uma paráfrase metafórica interessante.<sup>18</sup> O seu processamento descendente apaga as partes do processo que ficaram evidentes no ascendente, construído por Zanotto e Ricciardi, da mesma maneira que ocorre com a convencionalização comentada por Goossens (2002).

Em seguida, nas linhas 23 e 24, Sílvia substitui 'alfanje' por 'tempo', dizendo 'o tempo se desenha fino...fino ante nuvens? Não pode ser...'. Seu objetivo é verificar se a leitura 'tempo' construída por Carina resolve a incongruência da frase. A leitura LUA resolve melhor a incongruência, pois é possível dizer que a lua se desenha fina no céu, embora a LUA esteja constituindo uma metáfora ontológica, implicando em outra incongruência que é menos sentida pelo leitor. Mas se a leitura LUA resolve 'um pouco' a incongruência da frase que tem o verbo 'desenhar', ela não resolve a da frase com o verbo 'ceifar'. A leitura como TEMPO pode resolver? O TEMPO constitui outra metáfora ontológica, que no grupo 1, teve a figura mitológica do Deus Khronos, que, sendo uma representação antropomórfica do tempo, é mais aceitável como agente de 'ceifar'. Mas de qualquer forma, a resolução da incongruência, neste caso, não é tão simples, pois nas paráfrases das leitoras estão sendo criadas outras incongruên-

<sup>18</sup> Zanotto e Palma (2008:24) observaram que a fala de Carina constitui uma tautologia causal, segundo Fauconnier e Turner (1999:84). Ao explicarem a integração conceptual que ocorre na imagem da morte (que é um processo similar ao que ocorre na leitura TEMPO, cuja representação antropomórfica é Khronos, Deus do Tempo), os autores observam que, 'num dos espaços constitutivos do 'blending', há um padrão abstrato de tautologia causal, na qual um evento de certo tipo é causado por um elemento abstrato causal, por exemplo "A Morte causa a morte; O sono causa o sono, etc" Assim a fala de Carina apresenta duas ocorrências de 'tempo', gerando uma situação ilógica, que constitui uma tautologia causal.

cias metafóricas, mas que são menos perceptíveis, provavelmente por serem convencionais, o que significa que a resolução das incongruências aqui não está se dando com paráfrases literais como queria Searle. Esta parece ser uma especificidade da indeterminação metafórica: as paráfrases metafóricas indicam que o leitor continua pensando metaforicamente, construindo redes ou encadeamento de inferências metafóricas e metonímicas, que a visão objetivista da interpretação única procurou 'castrar' com a paráfrase literal. Será que esse não é motivo de a paráfrase literal causar a insatisfação à qual Searle se referiu?

Mas as múltiplas leituras não param por aí, pois houve uma terceira leitura de alfanje como MORTE.

#### - Leitura MORTE

No final do pensar alto do grupo 2, da primeira fase, a professora constrói a leitura MORTE É CEIFEIRA, como consequência da passagem do tempo, usando assim a leitura TEMPO resultante da inferência metonímica do tipo CAUSA PELO EFEITO, como podemos ver no recorte 8:

#### Recorte 8

1	Professora	Tem mais uma coisa...então...alfanje, como lua... é uma metáfora, certo? Elas têm uma área de intersecção... no formato, né? e... talvez em outros aspectos... o que está me ocorrendo mais agora é no formato...e a Sílvia deduziu que era algo que estava lá... porque ela se desenhava fino ante a falange de nuvens... ela se desenhava fino...no céu... ela pensava... ela pensava... é sol? não pode... então eu dei uma dica... sol de noite... não dá... então o que dá? É a lua... quer dizer você estava bem próxima da lua...agora... <u>a lua passando pela noite... ou seja... ceifando sonho e sono leva ao tempo...</u> certo? agora aí já é uma relação...
5		
10	João	....temporal...
15	Professora	uma relação... não sei se metafórica ou metonímica... que é lua... tem que pensar um pouco mais para ver... eu sei que a lua passando... devagar dentro da noite... leva... talvez seja mais metonímia aqui... mas de qualquer forma são dois níveis... <u>e o tempo passando... leva à morte...que foi essa outra que você... justificou pela foice por se lembrar que a foice é o símbolo da morte... também...pode ir direto</u> (a essa leitura).

(ZANOTTO e PALMA, 2008:31)

Assim a professora constrói um encadeamento de inferências, num processamento ascendente, partindo da leitura metafórica LUA (linhas 1 e 2 ), e construindo a relação metoní-

mica de CAUSA PELO EFEITO entre LUA e TEMPO (linhas 6 e 7), para estabelecer outra conexão metonímica entre TEMPO e MORTE. O encadeamento de inferências aqui pode ser sintetizado como:

LUA → inferência metonímica CAUSA PELO EFEITO → TEMPO → inferência metonímica CAUSA PELO EFEITO → MORTE.

Essa leitura também foi construída por um processamento descendente em dois grupos, como ocorreu com a leitura TEMPO. No grupo 2 da segunda fase, o aluno Pedro, no pensar alto em grupo, elicita, no recorte 9, um processamento descendente (top-down), ao ativar a representação antropomórfica da morte - a figura da Moura Torta das histórias infantis:

### Recorte 9

<i>Pedro</i>	<p>Aqui você tem uma metáfora da morte... que... que é o ... alfanje... é a Moura-Torta (personagem]... das histórias infantis... a mulher que vem com um alfanje... para ceifar vidas ... assim a sequência é uma metáfora da morte... aquela coisa do amor e da morte...</p> <p style="text-align: right;">(Zanotto e Palma, 2008:34)</p>
--------------	---

É interessante que esse mesmo aluno, na entrevista retrospectiva, explicita a lógica subjacente à sua leitura construída no pensar alto, aproximando-se do encadeamento de inferências construído pela professora no recorte 8, com a diferença de não ter partido da leitura LUA<sup>19</sup>:

1	<i>Pedro</i>	<p>olha... é porque você tem o ... o ... o sono... já não é uma espécie de morte? A diferença entre ... dormir e morrer... .dormir na literatura... é uma espécie de morte... assim como o orgasmo... é um momento em que você se desliga da realidade ... e então, eu penso que é muito claro... a idéia do alfanje... que devagar ceifa sono e sonho... é sono e sonho... é o tempo passando... que vai culminar na morte...</p>
5		

Completando o encadeamento com esta última leitura, também metafórica, temos:

Alfanje →inferência metafórica quanto à forma →LUA inferência metafórica quanto à função → LUA É CEIFEIRA inferência metonímica CAUSA PELO EFEITO → TEMPO →inferência

<sup>19</sup> Esse recorte foi omitido no texto de Zanotto e Palma (2008), devido a limite de espaço.

metafórica quanto à função → TEMPO É CEIFEIRO inferência metonímica INSTRUMENTO PELO AGENTE → Khronos, Deus do Tempo →inferência metonímica e metafórica integradas. TEMPO É CEIFEIRO.

Os leitores, participantes do pensar alto em grupo, puderam realizar uma leitura livre e descompromissada, que permitiu que construíssem espontaneamente paráfrases metafóricas, ativando metáforas conceptuais, o que mostra que pensaram metaforicamente na interpretação dos versos: *O alfanje que sono e sonho ceifa devagar mal se desenha, fino, ante a falange de nuvens esquecidas de passar*. Esse tipo de leitor comum, portanto, não constrói paráfrases literais, pelo menos neste estudo de caso.

Assim, podemos afirmar que a exigência de ‘uma’ paráfrase literal inibe ou bloqueia a construção das leituras metafóricas, gerando a insatisfação de que fala Searle (1979/1993).

#### 4. Conclusão

Nesta parte retomaremos a hipótese e as duas perguntas propostas no início da seção 3. As perguntas estão intimamente ligadas entre si e são a base para a discussão da hipótese, pois esta pressupõe que possamos discernir claramente o número de leituras, para ser possível identificar o tipo de indeterminação que elas constituem.

A análise da interação entre a metáfora e a metonímia mostrou que os processos metonímicos e metafóricos não constituíram diferentes leituras, mas atuaram de forma integrada nas construções das mesmas leituras. Quanto à natureza do fenômeno estudado, parece que a proposta de Goossens de considerar a existência da “metaftonímia” é interessante, mas é preciso haver mais estudos, inclusive de outros tipos de interação, como o caso de metáfora a partir de metonímia, também previsto por esse autor.

Quanto à hipótese de que a metáfora apresenta os mesmos tipos de indeterminação da linguagem literal, entendemos que as leituras no caso estudado constituem um caso de polissemia que se explica pela estrutura cognitiva do domínio-fonte da metáfora, conforme apontado em Zanotto e Palma (2008):

“Além disso, se compararmos com a linguagem literal – na qual as palavras usadas para nomear os artefatos nos permitem pensar em termos de forma e função e, por esse motivo, são polissêmicas (Moura, comunicação pessoal), poderíamos pensar que, assim como o alfanje, na linguagem literal, é polissêmico porque permite que façamos leituras em termos de forma e função, o termo alfanje no poema é polissêmico, porque possibilita leituras metafóricas em termos da forma: ALFANJE COMO LUA, e em termos de função: LUA COMO CEIFEIRA, TEMPO COMO CEIFEIRO, MORTE COMO CEIFEIRA. Além disso, precisamos acrescentar que, sendo um artefato, o alfanje,

também permite que se façam leituras metonímicas, com base na relação INSTRUMENTO PELO AGENTE: ALFANJE PELO TEMPO, ALFANJE PELA MORTE. Com base na comparação com a linguagem literal, essa compreensão pode iluminar a questão da individuação das leituras, além de reforçar nossa hipótese de que a linguagem metafórica deverá apresentar os mesmos tipos de indeterminação que a linguagem literal.”<sup>20</sup> (ZANOTTO e PALMA, 2008: 40)

No entanto é uma polissemia que apresenta especificidades em relação à linguagem literal. Uma dessas especificidades é que todas as leituras são válidas no contexto, ou seja, não é possível decidir qual é a mais relevante, como propõe Gibbs (2007). Outra característica é que o leitor não constrói paráfrases literais e, sim, metafóricas ou metonímicas, o que constitui evidência de que o leitor continua pensando metafórica e metonimicamente na interpretação da metaftonímia.

A hipótese da correlação da indeterminação permite uma explicação dos dados estudados, pois o conceito de “lua”, no plano literal, pode ser analisado sob vários qualia, ou modos de explanação (cf. PUSTEJOVSKY, 1995). Como corpo celeste, a lua pode ser qualificada pela sua forma (no caso, como é vista a olho nu), e por seu movimento no espaço, o que envolve o tempo necessário para o movimento. Assim, o dicionário Houaiss (2001:1787) apresenta a seguinte polissemia na definição de “lua”:

1. ASTR o satélite natural da Terra [para evoluir em volta deste planeta e girar em volta de seu próprio eixo, a Lua gasta cerca de 27 dias e 8h, motivo pelo qual sempre apresenta à Terra a mesma face].
2. p. met. ASTR seu aspecto visto da Terra [Por não ter luz própria e apenas refleti-la do Sol, consoante a posição em que esteja, a Lua varia a sua forma, realizando assim as fases lunares].

Ou seja, na primeira acepção, ressalta-se o tempo requerido para o movimento lunar, ao passo que, na segunda acepção, ressalta-se a forma da lua, na mesma ambiguidade percebida pelos leitores na interpretação metafórica. Assim, na leitura “alfanje como lua”, destaca-se a forma lunar; já na leitura “a lua é ceifeira”, destaca-se o caráter temporal do satélite.

A hipótese da correlação da indeterminação implica a recusa do princípio da univocidade na interpretação da metáfora.

Uma metáfora é passível de múltiplas leituras. Não existe a paráfrase de uma metáfora. Os intérpretes de uma metáfora buscam diferentes maneiras de representar o conteúdo cognitivo transmitido por ela através de outras metáforas, como no caso analisado neste artigo. As diferentes leituras de uma metáfora não a esgotam, e sempre uma nova paráfrase pode ser possível,

<sup>20</sup> Besides, if we draw a comparison with the literal language in which words used to name artifacts allow us to think in terms of form and function and, for this reason, are polysemic (Moura, personal communication), we could think that, just like sickle in literal language is polysemic because it allows readings as to the form and the function, the word sickle in the poem is also polysemic because it allows for metaphorical readings in terms of the form: SICKLE AS MOON, and in terms of the function: MOON AS A REAPER, TIME AS A REAPER, DEATH AS A REAPER. And we still need to add that sickle, being an artifact, also allows for metonymic readings based on the INSTRUMENT FOR AGENT relation: SICKLE FOR TIME, SICKLE FOR DEATH. This reasoning, based on the comparison with literal language can shed light on the question of individuation of readings, besides reinforcing our hypothesis that metaphoric language will display the same types of indeterminacy as literal language.

até porque novas metáforas podem ser criadas para exprimir o conteúdo de outra.

Por outro lado, a hipótese da correlação da indeterminação explica também porque nem toda leitura é possível para uma metáfora. Assim como ocorre no sentido literal, que pode ser enriquecido contextualmente, mas que preserva sempre uma significação que não pode ser alterada aleatoriamente (RECANATI, 2004), também a metáfora não pode receber qualquer interpretação. Há regularidades interpretativas na construção do sentido da metáfora (cf. MOURA, 2006, 2007, 2008), assim como há regularidades no sentido literal. Essas regularidades, no caso da metáfora, podem ser a contraparte do que ocorre no sentido literal correspondente, pois, como exemplificamos, a lua é usada em metáforas ora sob o aspecto da função, ora sob o aspecto da forma. A ambivalência da metáfora reflete a ambivalência das definições de dicionário.

Finalmente, uma outra conclusão deste artigo é que as diferentes leituras de uma metáfora podem estar imbricadas umas nas outras, como se todas as interpretações possíveis formassem uma rede de conexões. Talvez isso reflita a necessidade que os falantes tenham de explorar todos os matizes de uma metáfora, o que os conduz a um a cadeia aparentemente inesgotável de paráfrases.

### **Abstract**

*In this paper, it is argued that there is no perfect paraphrase for a metaphorical statement. The metaphor is seen as indeterminate and it is observed that this aspect has not been investigated extensively by metaphor scholars. To show the metaphor indeterminacy, an empirical investigation has been carried out, with qualitative methodology, by having students thinking aloud in group about a poem. The conclusions of the investigation are that the metaphorical statement inherits part of the literal indeterminacy of the words that are the metaphor vehicle and that metaphor is not a specific case of indeterminacy, but it behaves sometimes as a kind of indeterminacy (e.g., polysemy), sometimes as another kind of indeterminacy (e.g., ambiguity).*

**Keywords:** *Metaphor. Indeterminacy. Polysemy. Reading. Paraphrase.*

### **Referências**

ARMENGAUD, Françoise. A pragmática. São Paulo: Parábola, 2006.

- BLACK, Max. More about metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 19-41
- BOWDLE, B.; GENTNER, D. The career of metaphor. *Psychological review* 112-1, 193-216, 2005.
- CAMERON, Lynne. *Metaphor in Educational Discourse*. London: Continuum, 2003
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1982/1997.
- DASCAL, Marcelo. Defending Literal Meaning. *Cognitive Science*, 11:259-281, 1987.
- DENZIN, Norman.K. e LINCOLN, Yvonna (Eds.). *The Landscape of Qualitative Research*. London: Sage, 1998.
- ERIKSON, Frederic. Qualitative Methods in research on teaching. In: WITTRICK, (Ed.) *Handbook of Research on Teaching*. New York: MacMillan, 1986.
- ERIKSON, K. Anders e SIMON, Herbert A. *Protocol Analysis*. Cambridge (Mass): MIT Press, 1984.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1970/1987.
- GIBBS, Raymond W. Literal Meaning and Psychological Theory. *Cognitive Science*, 8:274-304, 1984.
- GIBBS, Raymond W. Understanding and Literal Meaning. *Cognitive Science*, 13:243-251, 1989.
- GIBBS, Raymond W. Process and products in making sense of tropes. In ORTONY, Andrew (Ed.) *Metaphor and Thought*. 2a ed. Cambridge: Cambridge Univ. Press. p. 252-276, 1993.
- GIBBS, Raymond W. Conferência de abertura do RaAM 6 – International Conference on Researching and Applying Metaphor. Univ. of Leeds, Leeds, UK, 2006.
- GIBBS, Raymond W. Experimental Tests of Figurative Meaning Construction. In RADDEN, Günter, KOPCKE, Klaus-Michael, BERG, Thomas e SIEMUND, Peter (Eds.) *Aspects of meaning construction*. Amsterdam: John Benjamins, 2007.
- GIBBS, Raymond W. e GERRIG, Richard. How Context Makes Metaphor Comprehension Seem “Special”. *Metaphor and Symbolic Activity*, 4(3), 145-158, 1989.
- GLUCKSBERG, Sam. *Understanding figurative language: from metaphors to idioms*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- GOOSSENS, Louis. *Metaphonymy: The Interaction of Metaphor and Metonymy in Expressions of Linguistic Action*. In DIRVEN, René e PÖRINGS, Ralf (Eds.) *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter. p. 349 -378, 2003

GOOSSENS, Louis . Metaphonymy: The interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In René Dirven and Ralf Pörings (Eds.) *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2002.

GRICE, Herbert Paul. Logic and conversation. In COLE, P. e MORGAN, J.L. (Eds.), *Syntax and semantics 3: Speech acts*. New York: Academic Press, 1975.

HOFFMAN, Robert R. e Richard P. HONECK. A peacock looks at its legs: Cognitive science and figurative language. In HONECK, R.P. e HOFFMAN, R.R. *Cognition and figurative language*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Ass, 1980.

KATO, Mary. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KITTAY, E. F. *Metaphor: its cognitive force and linguistic structure*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press. 1980. Edição brasileira: *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução do Grupo GEIM (coordenação Mara Sophia Zanotto). São Paulo: EDUC/Mercado de Letras, 2002.

LAKOFF, George; TURNER, Mark. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

LEEZENBERG, M. *Contexts of metaphor*. Amsterdam: Elsevier, 2001.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Introdução: Uma Lingüística Aplicada Mestiça e Ideológica: Interrogando o Campo com Linguista Aplicado. In L. P. Moita Lopes (Org.) *Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar* (p.13-44) São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOURA, Heronides. Lexicon and context in the production of meaning. *Révue de sémantique et pragmatique* 12, 17-35, 2002a.

\_\_\_\_\_. Linguagem e cognição na interpretação de metáforas. *Revista Veredas* 6-1, 153-161, 2002b.

\_\_\_\_\_. Metáfora: das palavras aos conceitos. *Letras de hoje*, 40-139, 20-45, 2005.

\_\_\_\_\_. The conceptual and the linguistic factors in the use of metaphors. *DELTA* 22, n. especial, 81-94, 2006.

\_\_\_\_\_. Relações paradigmáticas e sintagmáticas na interpretação de metáforas. *Linguagem em (Dis)curso*, 7-3, 417-452, 2007.

\_\_\_\_\_. Desfazendo dicotomias em torno da metáfora. *Revista de Estudos da Linguagem*, 16-2, 8-32, 2008.

MURPHY, G. On metaphoric representation. *Cognition*, v. 60, p. 173-204, 1996.

- NARDI, Maria Isabel A. A metáfora e a prática de leitura como evento social: Instrumentos do pensar a Biblioteconomia do futuro. Tese de doutorado em Lingüística Aplicada: São Paulo: PUC-SP/LAEL, 1999.
- PAIVIO, Allan e WALSH, Mary. (1979) Psychological processes in metaphor comprehension and memory. In ORTONY, Andrew (Ed.) *Metaphor and Thought*. 2a ed. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993. p. 307-328.
- PALMA, Dieli V. A leitura do poético e as figuras de pensamento por oposição: Caminhos e descaminhos de paradigmas na modernidade. Tese de doutorado em Lingüística Aplicada: São Paulo: PUC-SP/LAEL, 1998.
- PINKAL, Manfred. *Logic and Lexicon*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1995.
- PINKER, S. *O instinto da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- . *The stuff of thought. Language as a window into human nature*. New York: Viking, 2007.
- PUSTEJOVSKY, James. *The Generative Lexicon*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- RADDEN, Günter, KOPCKE, Klaus-Michael, BERG, Thomas e SIEMUND, Peter (Eds.) *Aspects of meaning construction*. Amsterdam: John Benjamins, 2007
- RECANATI, F. *Literal meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- SEARLE, John. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SEARLE, John (1979) *Metaphor*. In: ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and Thought*. 2a ed. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993.
- STAKE, R. E. *Case Studies*. In: DENZIN, N.K. e LINCOLN, Y.S., *Strategies of Qualitative Inquiry*. London: Sage., 1998.
- VIEIRA, Josalba R. *Metáforas e conflitos: a leitura de poesia e a discussão em grupo na sala de aula de inglês como literatura estrangeira*. Tese de doutorado em Lingüística Aplicada, Campinas: UNICAMP, 1999.
- ZANOTTO, Mara S. *O Processo de Compreensão da Metáfora na Formação dos Professores de Língua Materna*. In: ZANOTTO, M. S. e CELANI, M. A. A. (orgs.), *Lingüística Aplicada: da Aplicação da Lingüística à Lingüística Transdisciplinar*. São Paulo, EDUC, 1992.
- . *Metáfora, Cognição e Ensino de Leitura*. D.E.L.T.A., vol 11, nº 2, 241-254, 1995.

\_\_\_\_\_. A Construção e a Indeterminação do Significado Metafórico no Evento Social de Leitura. In: PAIVA, V.L.M.O. *Metáforas do Cotidiano*. Belo Horizonte: Edit. da UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. Cultural models in the construction of metaphor indeterminacy. Trabalho apresentado no Experimental expert workshop, ligado ao projeto coordenado por Lynne Cameron: MetNet: Metaphor Analysis: <http://www.education.leeds.ac.uk/metaphor>, 2006a

\_\_\_\_\_. A multiplicidade de leituras em sala de aula: Mapeando a indeterminação metafórica. Projeto desenvolvido no período de 2003 a 2006, com o apoio do CNPq, 2006b

\_\_\_\_\_. Modelos Culturais e Indeterminação Metafórica. *Organon*, 43(21):97-118, 2007.

ZANOTTO, Mara Sophia e MOURA, Heronides. Indeterminacy and Negotiation. In Verschueren, Jef; Ostman, Jan-Ola, Blommaert, Jan e Bulcaen, Chris (eds) *Handbook of Pragmatics 2000*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publ. Co, 2002. p. 1-13.

ZANOTTO, Mara Sophia e PALMA, Dieli.V Opening Pandora's Box: Multiple Readings of a Metaphor. Trabalho apresentado no RaAM V - Fifth International Conference on Researching and Applying Metaphor, 2003 .

ZANOTTO, Mara Sophia e RICCIARDI, Maria Laura. A construção textual do significado metafórico. In IX Anais do Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo, 42-47, 1984.

ZANOTTO, Mara Sophia e PALMA, Dieli.V. Opening Pandora's Box: Multiple Readings of a Metaphor. In ZANOTTO, M.S.; CAMERON, Lynne; e CAVALCANTI, Marilda. *Confronting Metaphor in Use: An Applied Linguistic Approach*, 2008.

ZANOTTO, Mara Sophia e MOURA, Heronides. Multiple Readings of a Metaphor: Crystallized Meanings and Subjective Senses. Trabalho apresentado no RaAM 7 - International Conference on Researching and Applying Metaphor, 2008.